ESTUDO PRELIMINAR DAS INFORMAÇÕES SOBRE A ÊNFASE EM PROCESSOS EDUCATIVOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PÚBLICOS E PRIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Carlos Fabrício Rosa dos Santos¹; Déborah Rosária Barbosa²

Estudante do Curso de Psicologia; e-mail: c.fabricio07@gmail.com¹

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: deborahbarbosa@usp.br²

Área do Conhecimento: Fundamentos e Medidas da Psicologia

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares Nacionais; Formação em Psicologia; Instituições de Ensino Superior; Processos Educativos; Psicólogo Escolar;

INTRODUÇÃO

Em meados de 1980, conforme analisam Checchia & Souza (2003) e Mello (1980), aconteceram as primeiras mudanças no modelo de formação do profissional em Psicologia, deixando esta de ser centrada no modelo clínico-médico que tinha como prioridades o psicodiagnóstico, a avaliação psicológica de cunho psicometrista e psicoterapias individuais. A tese de Patto (1981), assim como outros trabalhos a partir dos anos 1980, realizou uma crítica ao cunho individualista do trabalho do psicólogo escolar e apontou a necessidade de mudança de perfil deste profissional e de sua prática. Foi então que muitos teóricos iniciaram produções relacionadas à chamada “Psicologia Escolar crítica” com foco no olhar sobre as relações estabelecidas no contexto educacional, considerando os elementos que contribuem para a superação da produção do fracasso escolar.

Assim sendo, os anos 1990 consagraram um conjunto de ações que passaram a acontecer nos planos político e social brasileiros e que influenciaram a profissão, bem como fomentaram a discussão teórico-metodológica nas diversas áreas de atuação profissional. Atualmente defende-se um novo olhar que não priorize apenas a “criança-problema” (individualizante) como era anteriormente, mas todo o contexto sociopolítico e cultural no qual se insere, assim como a realidade escolar brasileira e os pressupostos históricos e culturais envolvidos na produção dos problemas neste âmbito (TANAMACHI, 2002; MALUF, 1994).

Atualmente, a formação de psicólogos no Brasil é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, pelo Ministério da Educação para os cursos de Psicologia em 2004. A adequação às novas Diretrizes exige que ocorram várias modificações no currículo e estruturação dos cursos de Psicologia – que até então eram centrados no Currículo Mínimo. Uma das inovações implementadas foi o conceito de *ênfase curricular*, que é a concentração escolhida pelo projeto político-pedagógico do curso de aprofundar em *uma ou mais* áreas de conhecimento da Psicologia como um todo, sendo uma delas a *Ênfase em Processos Educativos* (BRASIL, 2004).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o campo da Psicologia, o que se espera de uma formação profissional em Psicologia pelas instituições de ensino superior do Brasil é que esteja voltada para a atuação profissional, pesquisa e ensino de Psicologia, assegurando determinados princípios e compromissos necessários para a área, que estejam mais próximos às reais necessidades da maioria da sociedade brasileira (BRASIL, 2004).

Especificamente quanto à atuação do psicólogo no campo da Educação, as discussões

iniciadas nos anos 1980 tiveram resultados positivos e grande parte delas estão ligadas às questões postas pelas novas Diretrizes Curriculares (MARINHO-ARAÚJO, 2007). É exatamente no interior desse quadro conceitual que a presente pesquisa insere-se, buscando compreender a apropriação, no campo da formação em Psicologia, no que tange a sua dimensão educativa, tal como posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC para a área.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto é conseguir informações sobre a formação dada aos futuros psicólogos nos Cursos de Graduação em Psicologia de instituições de ensino superior do Estado de São Paulo, quanto à *ênfase* em “processos educativos”. Buscou-se dados sobre as matrizes curriculares dos mesmos a fim de verificar como têm sido concretizadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes em Psicologia.

Os objetivos específicos do projeto configuraram-se em:

- a) analisar as informações referentes à dimensão educativa nos cursos de Psicologia de IES do Estado de São Paulo;
- b) levantar informações dos cursos disponibilizadas pelas IES em meio eletrônico sobre os elementos que compõem a formação/atuação do psicólogo no campo da Educação.

METODOLOGIA

Foi realizada uma busca na página da internet do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP)¹ com o objetivo de identificar as universidades ativas e reconhecidas pelo MEC que ministram cursos de Psicologia no Estado de São Paulo. A partir deste levantamento inicial, foi realizada uma investigação dos dados disponibilizados em meio digital (internet) de cada uma das instituições de ensino superior identificadas, objetivando verificar a disponibilidade da matriz curricular e/ou de quaisquer outras informações referentes à presença do tema dos processos educativos. Para isso, em cada uma das matrizes curriculares encontradas foi realizada uma consulta por palavras-chave, sendo estas: “Educação”; “Educacional/Educacionais”; “Psicologia Escolar/Escola”; “Processos Educativos”; “Aprendizagem”. A partir deste conjunto de informações foi que se construíram as análises de dados que são apresentadas mais à frente neste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as 38 IES encontradas, sete (18,4%) não faziam menção ao curso de Psicologia em seus sites, deixando em dúvida se há uma desatualização do site da IES que não inseriu o curso de Psicologia dentre os outros cursos disponíveis ou se não houve uma atualização do cadastro no MEC. Em outros quatro sites (10,5%) de IES não foi possível encontrar a matriz curricular do curso de Psicologia no período da coleta de dados (set/2012 à fev/2013), sendo que apenas em um deles havia a informação sobre a grade curricular do curso.

Algumas IES disponibilizam pouca informação em seu site, deixando de informar a carga horária do curso, o número de vagas e, em 22,2% não havia uma separação das disciplinas em semestre, dificultando assim distinguir quais disciplinas são ministradas no início e quais são ministradas ao final do curso. Não encontrou-se também o detalhamento das *ênfases* escolhidas pelo curso ou a bibliografia utilizada nas disciplinas relacionadas aos processos educativos. Em apenas 18,5% das instituições de

1 MEC - <http://emec.mec.gov.br/> e ABEP - <http://www.abepsi.org.br/portal/>

ensino superior o projeto pedagógico do curso foi encontrado.

Foi realizada uma análise das grades curriculares disponíveis em busca de verificar a inclusão da ênfase em “psicologia e processos educativos”. Deve-se ressaltar que essa busca foi realizada através de “palavras-chave” encontradas nos títulos de cada disciplina disponível.

Em geral, as disciplinas em processos educativos em número são de 1 a 5 disciplinas nas instituições públicas, sendo que alguns cursos têm mais de 100 disciplinas e outros entre 40 e 50 disciplinas. O número de disciplinas relacionadas aos processos educativos nas instituições privadas varia muito de uma instituição para outra embora represente, assim como nas públicas, um número diminuto em relação ao número de disciplinas em geral.

A porcentagem de matérias relacionadas à área de processos educativos identificadas através das palavras-chave antes descritas, em sua grande maioria (23 das 27 IES), encontra-se abaixo de 10%, sendo que quase a metade (12 das 27 IES) possuem menos de 5% de suas matérias relacionadas a estes temas. Não foi possível identificar quais as ênfases escolhidas em cada IES e/ou em quantas delas foi escolhida a *ênfase em processos educativos*, mas esses dados nos faz refletir sobre o assunto deixando-nos algumas questões: ao escolher uma ênfase, a IES deveria ter uma quantidade mínima de matérias/estágios ou carga horária para tratar sobre o assunto? Se sim, o que poderíamos propor para uma melhor administração dessas questões? Seria viável? Será que a área de Psicologia Educacional e Escolar, mesmo não sendo ênfase não mereceria maior número de disciplinas na graduação para garantir uma formação pluralista conforme indicam as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia?

Estes questionamentos não poderiam ser respondidos apenas com este estudo aqui realizado dada sua limitação, mas indicamos que estes dados possam instigar novos pesquisadores a adentrar nestas questões apontadas de modo tais procurar respostas.

CONCLUSÕES

Pode-se dizer que uma das maneiras mais eficazes de avaliar o curso seria através da junção de informações sobre o curso em termos de estrutura, corpo docente, conteúdo programático e por último, e talvez o mais importante, uma avaliação dos egressos.

Dois pontos tornam-se relevantes nessa análise: o primeiro deles é de que devemos considerar que dentre essas universidades investigadas não sabemos quais tem como uma de suas prioridades a *ênfase em processos educativos*, já que a universidade pode escolher quais as ênfases irão priorizar, de acordo com as Diretrizes Curriculares. O segundo ponto relevante nessa análise, e não distante do relatado anteriormente, é de que o ingressante no curso superior deveria ter fácil acesso às informações sobre as ênfases do curso ofertado pela instituição de ensino, a fim de facilitar sua escolha por determinado curso conforme as suas prioridades pessoais na formação. Neste sentido, este estudo de Iniciação Científica constatou que a falta destas informações pode prejudicar a escolha por parte dos interessados. Nada mais justo seria poder consultar tais informações com facilidade e comodidade por intermédio de um dos meios de comunicação que mais cresce e de maior alcance atualmente que seria pelos sites oficiais das instituições na internet. E o que o presente estudo denotou foi que por este meio seria quase impossível conseguir tais dados. Por não ter um padrão nem contemplar de todas as informações necessárias para essa decisão, os sites das IES acabam não sendo o melhor recurso disponível e muito menos deve ser o único.

Outro resultado que chamou a atenção no estudo é que, ao tentar responder ao objetivo de identificar como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia têm sido materializadas nas graduações, especialmente no que se refere à ênfase em

processos educativos, as informações que os cursos oferecem se mostraram insuficientes para responder a tal questionamento. Além disto, ao analisar os títulos das disciplinas daqueles cursos que as disponibilizaram, outro resultado alarmante foi a constatação de que as disciplinas relacionadas aos temas da área de Psicologia e Educação são em número muito pequeno em relação ao número de disciplinas em geral. De todo modo, foi possível identificar que, este estudo, embora com limitações de tempo, abrangência e escassez de informações encontradas, pôde contribuir para compreender o panorama da aplicação das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia no que se refere à ênfase em processos educativos na medida em que verificou-se a partir dos resultados encontrados a pouca inserção desta temática nos cursos em São Paulo. Observou-se que é preciso alertar, tanto as IES, quanto a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e Sistema Conselhos de Psicologia para observar o quanto a formação pluralista tem sido garantida nas graduações.

Finalmente, entendemos que apesar de ser um estudo introdutório com resultados preliminares sobre o tema, o presente trabalho possibilitou inferir a necessidade de um olhar mais atento quanto à necessidade de maior investimento nas formações em Psicologia para formar o psicólogo que futuramente possa trabalhar no contexto educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. Parecer 0062/2004, aprovado em 19/02/2004, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, 2004.

CHECCHIA, A. K. A.; SOUZA, M. P. R. Queixa escolar e atuação profissional: apontamentos para a formação de psicólogos. In.: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. Psicologia Escolar: teorias críticas. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003, p.105-138.

MALUF, M. R. Formação e atuação do Psicólogo na educação: dinâmica de transformação. In.: *CFP Psicólogo Brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994, p. 157-200.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. A Psicologia Escolar nas Diretrizes Curriculares. In.: CAMPOS, H. (Org.). *Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas*. Campinas, S. P., Alínea, 2007, p.17-48.

MELLO, S. L. de. *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1980.

PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia: reflexões sobre a psicologia escolar*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da USP, 1981.

TANAMACHI, E. R. Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em Psicologia Escolar. In.: TANAMACHI, E. R., PROENÇA, M., ROCHA, M. (Orgs.). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 73-104.